

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Mutualismo e Beneficência em Florianópolis – SC.

Rafaela Leuchtenberger*

Resumo: Trabalho de mestrado em andamento que busca identificar e analisar quais foram as associações mutualistas beneficentes de trabalhadores organizadas na cidade de Florianópolis, capital de Santa Catarina, em fins do século XIX e início do XX. Pretende-se através deste artigo iniciar uma análise a respeito da organização destas entidades, procurando identificar quais eram seus objetivos, assim como, a que grupos sociais buscavam atender.

Palavras chave: mutualismo, beneficência, trabalhadores Florianópolis.

Abstract: This is a master's research that is looking for to identify and analyze which ones were the mutual associations of Florianopolis, capital of Santa Catarina, in the end of XIX century and beginning of XX. This article intends to study about the organization of these entities, trying to identify which ones were their objectives, as well as to which social groups they used to attend.

Key words: mutualism, beneficence, Florianopolis workers.

Este artigo é resultado inicial da pesquisa de mestrado em andamento intitulada *Associações beneficentes e recreativas de Florianópolis - SC*, a qual visa identificar quais eram as sociedades de socorro-mútuo organizadas pelos trabalhadores na capital catarinense em fins do século XIX e início do XX, assim como, suas formas organizativas, princípios, intenções e o papel social que desempenhavam.

Não encontrei anterior a esta pesquisa nenhum estudo bibliográfico a respeito destas sociedades em Florianópolis, e as fontes apresentam-se bastante esparsas e de variadas tipicidades, o que a principio cria certa dificuldade na realização de análises e constatações. Mas o que se pode perceber é que estas associações possuíam bastante espaço na capital do estado, contemplando um grande número de trabalhadores de diferentes categorias profissionais.

* Mestranda em História Social na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - com pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Inicialmente pude verificar a existência de vinte e três associações na cidade, variando suas fundações entre 1886 e 1925. Para analisá-las início trabalhando com os estatutos que consegui localizar até o momento, sendo que encontrei algum registro estatutário de 14 destas entidades, dos quais, três são de fundação. De quatro associações consegui encontrar mais de um estatuto, o que permite que possa confrontá-los e analisá-los em suas reformas.

Das 23 associações encontradas, proponho-me a analisar melhor no momento 15, das quais possuo maiores informações e que posso, portanto, traçar afirmações sem maiores riscos.

Entre estas associações a maioria se organizava por aquilo que Adhemar Lourenço (SILVA JR, 2004), denomina como critérios de fechamento, onde a associação definia em suas leis a que público pretendia atender, delimitando condições para que se pudesse fazer parte do seu corpo social. Dentre as 15 associações aqui analisadas, 11 apresentavam algum destes fechamentos, enquanto apenas 4 se propunham a atuar para um amplo público sem restrições de profissão, sexo, ou etnia. Uma maior quantidade de associações organizadas por critérios de fechamento do que abertas, também foi percebido por outros autores em suas pesquisas a respeito de diferentes universos empíricos, sendo um fenômeno geral da constituição do mutualismo o qual se busca compreender analisando quais são os critérios de fechamento adotados e o quanto influenciaram na atuação destas entidades.

Dentre as associações constituídas a partir de algum fechamento em Florianópolis é interessante perceber que apenas uma se utilizava de princípios étnicos, sendo ela a *Società di mutuo soccorso Fratellanza Italiana*, enquanto as demais se constituíam através de fechamentos de classe.

Acredito que existissem mais associações organizadas por princípios étnicos em Florianópolis, embora não tenha encontrado nenhum registro até o momento, devido ao processo de colonização do estado e particularmente da capital, que recebeu imigrantes de diferentes nacionalidades, a principio a vinda de açorianos, e posteriormente italianos e alemães entre outras nacionalidades numa menor quantidade. É também, possível atentar para essa possibilidade devido a existência de outras instituições de formação étnica na cidade, que não possuíam um caráter mutual beneficente, como a *Associação Helenica “São Constantino”*, fundada em 1906, com o objetivo de organizar os gregos residentes em Florianópolis numa “irmandade”, mantendo a seu serviço um padre “do rito grego ortodoxo”,

assim como, se propondo a construir uma capela para realizar suas missas (EST 1906: fl 69)¹. Além desta instituição, verifiquei também a existência de clubes alemães, sendo o mais conhecido entre eles o *Clube Germânia*, que agregava “somente alemães”², e que tinha como objetivos “preservar e cultivar o caráter alemão, língua e costumes”.(KLUG, 1996)

A *Società di mutuo soccorso Fratellanza Italiana* foi fundada na ilha de Santa Catarina em 20 de setembro de 1891 por colonos italianos residentes na cidade. Em sua fundação contou imediatamente com 58 sócios, enfraquecendo-se posteriormente, pois em 1895 possuía um corpo social composto por apenas 7 pessoas. Segundo consta em documento³ de 1904 nesse período sofreu interferência do cônsul italiano em Florianópolis, Roti, o qual a teria incentivado e participado de um processo para reerguer a sociedade. Em 1898 ela volta a contar com um grupo considerável, somando 72 sócios.

Segundo Nelma Baldin juntamente com a Sociedade as colônias italianas de Santa Catarina teriam fundado uma *Federação de Cooperativas das Colônias Italianas do Sul do Estado de Santa Catarina*, a qual agremiava associações do estado inteiro, denominadas *Fratellanza*. Como a sede da Federação se localizava em Florianópolis, a *Fratellanza* desta cidade atuava dividindo espaço com a mesma, o que teria lhe dado bastante estrutura, assim como, deixado-a completamente integrada a Federação (BALDIN, 1999: 114).

A sede destas instituições, que se localizava em região central da cidade, contava com bastante espaço que era distribuído entre o Consulado italiano, um albergue de hospedagem, onde ficavam os representantes das Colônias quando precisavam vir a capital e escritórios administrativos e financeiros. Contava ainda para ações recreativas com uma Orquestra, a qual ministrava aulas de música, e um salão de bailes, assim como um restaurante - bar. Na parte educativa investia numa biblioteca e na formação de alunos, constituindo uma escola de língua italiana.

Esta Federação teria chamado a atenção de lideranças políticas da época, passando a ser pressionada e vigiada pelo Estado catarinense. Com a partida do Cônsul Roti, que a defendia e protegia, foi se enfraquecendo até ser desfeita, dois anos após sua fundação. A *Società di mutuo soccorso Fratellanza italiana*, continuou existindo, mas de forma bastante enfraquecida, mantendo principalmente suas atividades culturais.

No início da II Guerra Mundial começou a perder espaço devido as perseguições que passou a sofrer, e parece que para conseguir continuar existindo a associação mudou de

¹ Estatutos da Associação citada, localizados no Cartório Faria, de Registros de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Florianópolis – SC. Doravante EST.

² Almanak administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro; Almanak Laemmert, 1901: p. 1868.

³ Anuario Catharinense, 1904. p. 172-174.

nome, passando a ser denominada *Sociedade XX de setembro*, tornando-se uma associação menos vinculada aos italianos e perdendo sua essência, caminhando cada vez mais para o declínio e fim, que se deu após o término da II Guerra (BALDIN, 1999).

A *Fratellanza* possuía como lema “a união faz a força”, e seu objetivo era manter viva a ligação entre descendentes italianos e a pátria mãe. Atuava através de socorros mútuos e beneficência, e através da escola de educação italiana, que não se direcionava apenas a italianos, nem somente aos sócios da instituição.

Mas a constituição de associações na capital parece ter se pautado muito mais por fechamentos de classe. Segundo, novamente Adhemar Lourenço

A preferência de fundação de mutuais classistas nos século XX é consoante com o processo de industrialização, quando ele acarreta concentração de uma população com capacidade de poupança,(...) E, se tomamos idealmente a preferência como constante, é necessário afirmar que os mutualizados preferiram fundar entidades com fechamento orientado ao mercado de trabalho no século XX. (SILVA JR, 2004: 144 – 145)

Das quatro associações abertas encontradas em Florianópolis, 2 foram fundadas ainda no século XIX, e 2 no XX, mas por ser este um irrisório número de associações de caráter aberto fica difícil elaborar alguma constatação a partir do caso florianopolitano.

Das 12 associações fechadas de forma classista, a maioria se relaciona com o funcionalismo público, atingindo o número de 7 associações, o que se justifica no fato da cidade ter sido capital da Província inicialmente e ter se tornado com a República, capital do Estado catarinense, por isso, sempre acolhendo os principais órgãos oficiais, e conseqüentemente, grande número de funcionários do Estado.

Segundo Tânia de Luca raramente estas organizações conseguiam congregar os diferentes níveis de poder – municipal, estadual, e federal – numa mesma instituição, e o que geralmente ocorria era a formação de entidades próprias para grupos de funcionários de esferas de poder diferentes.

Somente no interior de cada subconjunto – mutuais de funcionários municipais, estaduais, federais – observou-se a existência de entidades de caráter geral, destinadas a congregar todos os funcionários, independente de cargo, função ou lotação; ao lado de outras destinadas a reunir elementos de uma mesma secretaria ou repartição (LUCA, 1990: 99)

Dentre as 7 associações de funcionários públicos de Florianópolis, 6 se constituíram para atender a servidores federais do Estado catarinense, e apenas uma, a *Sociedade Protetora das famílias dos funcionários públicos civis do Estado de SC*, se

propunha a atingir funcionários das três esferas. Esta também era das entidades com fechamentos em relação ao funcionalismo, a que se propunha a atender um público mais amplo de trabalhadores, pois estatutariamente admitia *todos* os funcionários públicos, independente de órgão ou repartição em que atuassem desde que residissem em Florianópolis. As demais atuavam para todos os funcionários que servissem a determinado órgão ou repartição, como assinalavam suas denominações, sem fazer distinção de atuação ou função interna.

Três associações estavam organizadas com fechamentos voltados a profissões do setor privado, a *Sociedade Beneficente Caixa dos empregados do Comércio*, que deixava bem claro em seus estatutos o que considerava trabalhadores do comércio e que, portanto, poderiam ser admitidos em seu corpo social, sendo eles “os negociantes propriamente ditos; os diretores e gerentes de bancos e companhias; os corretores e seus propostos; os guarda-livros; os caixeiros; (ilegível) e seus auxiliares” (EST. 1917: fl. 92v). Havia também a *União Beneficente dos Chouffeurs de SC*, que permitia a associação apenas de quem fosse “portador de carteira de identidade e documento que lhe habilite ao exercício da profissão de condutor de automóveis passado por autoridade competente” (EST. 1926: fl. 48), restringindo totalmente a participação de qualquer trabalhador de outra profissão. Menos rigidamente constituía seu corpo social a *União Beneficente dos padeiros*, que estatutariamente se propunha a socorrer os “padeiros que exerçam profissão em Florianópolis ou no arraial do estreito” (EST. 1918: fl. 7v), mas que também admitia em seu corpo social trabalhadores de outras profissões quando aprovado pela assembleia geral, limitando os direitos sociais dos mesmos.

As associações consideradas abertas, ou seja, que não apresentavam restrições de admissão para profissões, nacionalidade e sexo, atuavam dessa mesma forma, impondo algumas diferenciações e limitações dentro da entidade na execução dos direitos sociais para alguns grupos. Dentre as 4 associações com este caráter, me proponho a analisar mais profundamente 3, nas quais algumas restrições são bastante comuns e repetidas pelos diferentes estatutos, tanto na *Liga Operária Beneficente de SC*, como na *Associação Beneficente União dos Laboradores*, e na *União Beneficente Operária*, apresentam-se restrições às mulheres, aos menores, e aos analfabetos, que não poderiam exercer cargos de direção nem elegê-los.

A *União Beneficente Operária* apresentava ainda restrição de direitos aos industriais, questão que precisa ser melhor analisada no decorrer desta pesquisa.

Outra questão também bastante presente nos estatutos destas instituições abertas, e que precisam de uma melhor análise, está nas contínuas referências a uma moralidade e respeitabilidade social que as entidades procuravam ter e cobravam como postura necessária de seus associados. Questão que está muito mais destacada nos estatutos de entidades abertas do que nas fechadas, suscitando dúvidas a respeito das diferenças entre elas. Da mesma forma, para perceber diferenças entre os grupos de trabalhadores organizados por estas instituições é necessário avaliar suas necessidades e o que os motivava a filiarem-se em suas organizações, realizando, para alcançar estas respostas, uma análise dos socorros prestados por cada entidade, avaliando o que priorizavam em cada grupo, assim como, em cada tempo. Realizei por alto uma comparação desse gênero, buscando verificar o que cada grupo de associações buscava dar maior ênfase, mas deixo claro que essa análise precisa ser mais bem aprofundada e que serve aqui apenas como exemplo do procedimento que deverá ser melhor desenvolvido no andamento desta pesquisa.

O que pude verificar inicialmente é que as principais necessidades dos trabalhadores, independente do setor em que trabalhavam, eram muito parecidas. A maioria das associações priorizava socorros para casos de funeral – envolvendo pensões para as famílias e auxílio na realização do enterro - e enfermidades em geral – incluindo doenças e acidentes. Questões que aparecem um pouco mais trabalhadas nas associações abertas, tanto na quantidade de entidades que os propunham (diferença de 100% para 90% dos casos entre as fechadas), quanto na forma de regulamentá-las. Isso se percebe na quantidade de artigos e até mesmo capítulos utilizados para organizar e estabelecer pensões diferenciadas para cada caso. A *Liga Operária Beneficente de SC*, por exemplo, se propõe a ter a serviço da associação um médico, demonstrando o quanto a prestação de serviços relacionados a doenças e enfermidades em geral era seu foco. Esta é a única das entidades aqui avaliadas que apresenta este serviço, talvez também por ser uma das sociedades mais antigas e com maior capital. Outra diferença que chama a atenção entre os socorros de associações abertas e fechadas, está no fato de que todas as associações abertas apresentaram preocupação com o que denominavam de invalidez, enquanto dentre as fechadas apenas uma associação o faz, a *Caixa B. dos empregados do distrito telegráfico de SC*, e ainda assim de uma forma bastante reticente. Nas associações abertas esta questão recebe tratamento especial, destacando em seus estatutos pensões diferenciadas para estes casos. Novamente a *Liga Operária* serve bem para exemplificar esta questão, pois além de apresentar pensões para caso de invalidez ainda os especifica. Assim, associados que não pudessem mais trabalhar devido a idade, ou por

casos de cegueira, ou ainda por acidentes e paralisia teriam direito a pensões elaboradas especificamente para cada caso, com valores próprios.

Em relação a socorros prestados por associações organizadas a partir de algum fechamento, e que não é trabalhado pelas associações abertas, dois casos podem ser apresentados. O primeiro referente a realização de empréstimos da Sociedade para seus membros. Apenas 2 associações com critérios de fechamento analisadas aqui o realizavam, mas a forma como estruturavam estes empréstimos é que chama atenção, e por isso deve ser aqui destacado. A *Caixa Beneficente dos empregados do ministério da Fazenda no Estado de SC* serve muito bem para exemplificar este processo, pois regulamenta tais empréstimos através de um capítulo organizado para este fim, constituído por 7 artigos, nos quais se determinam valores e formas de pagamento e juros estabelecidos para a realização destes empréstimos. Esta questão também precisa ser mais bem aprofundada ao longo da pesquisa, pois os pagamentos das prestações seriam em ambos os casos aqui apontados, descontados nos vencimentos dos trabalhadores associados.

O segundo caso se relaciona ao apoio judicial prestado pelas associações a serviço de seus membros. Cada associação que presta esse socorro o direciona a interesses bastante diferenciados e específicos, sendo o da *União Beneficente Operária* o mais amplo, pois determinava que o associado teria “*todo o apoio moral possível, em todas as emergências da vida e mesmo se necessário for a intervenção judicial conforme a exigência do caso*”. Já a *Associação Beneficente dos Guardas das Alfândegas de SC* se propunha a “*socorrer os seus sócios em casos de processo criminal e no civil*” e a *União Beneficente dos Chouffeurs de SC* se propunha a pagar fiança e dar “*apoio judicial quando presos por delito de profissão ou quando em defesa de sua vida e propriedade (veículo em que trabalha) em exercício da profissão de chouffer*” (EST. 1926: fl. 48v)

Dos outros benefícios listados os 3 apontados como existentes entre as abertas e não presentes nas fechadas são todos prestados pela *União Beneficente Operária*, que voltava seus interesses para a educação e representação dos trabalhadores perante seus patrões.

Também é importante pensar se as diferenças de prioridades em relações aos socorros prestados não estariam mais relacionados com a época em que as entidades foram fundadas e em que reformam seus estatutos. Mas para isso seria necessário desempenhar inicialmente uma avaliação dos estatutos de fundação destas entidades, comparando-os posteriormente com os de reforma, o que não posso apresentar nesse momento. Mas realizo aqui também uma avaliação por alto, baseando-me nos estatutos que possuo até o momento, onde posso perceber que pecúlios e auxílios relacionados a funeral e doenças continuam

presentes na maioria das entidades, tanto nas do século XIX quanto do XX. Invalides apresenta-se como uma preocupação maior no séc. XIX e os empréstimos no XX, assim como o apoio judicial. Esta análise fica complicada também devido ao fato de que das três associações fundadas no século XIX duas são organizadas de forma aberta, o que leva a números muito próximos entre os apresentados no séc. XIX com estas instituições, e do XX com as de caráter fechado.

Estas observações são as que posso apontar neste momento, sendo elas ainda bastante iniciais. Objetivo que sirvam para levantar o debate, e suscitar questões que serão utilizadas no processo de desenvolvimento da pesquisa, buscando na discussão e apresentação destes dados melhorar as hipóteses aqui elaboradas, assim como, visualizar novas possibilidades e problemáticas.

Referências Bibliográficas

BALDIN, Nelma. *Tão fortes quanto a vontade*. História da imigração italiana no Brasil: os vênets em Santa Catarina: Insular; Editora da UFSC, 1999.

KLUG, João. *Fragmentos de Vida: Carl Hoepcke e a Germanidade em Santa Catarina*. Cf.

Revista Catarinense de História. Nº 04. Fpolis: Insular, 1996. P.58.

LUCA, Tânia R. de. *O sonho do futuro assegurado*. O Mutualismo em São Paulo. São Paulo: Contexto, 1990.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940)*. Porto Alegre, 2004. 573p. Tese (Doutorado)

Anexo 1

Sociedades Trabalhadas neste artigo

Associação	Fundação	Estatutos
Sociedade Beneficente Caixa dos empregados do Comércio	1886	1917 e 1925
Liga Operária Beneficente de S.C.	1891	1918 e 1929
Società di mutuo soccorso Fratellanza Italiana	1891	XXXXXXXXXX
Associação Beneficente União dos Laboradores.	1899	1913
Caixa B. dos empregados do distrito telegráfico de SC	1904	1911 e 1918

União Militar	1905	1913
Associação Beneficente dos Guardas das Alfândegas de SC	1909	1913
União Beneficente dos trabalhadores de Florianópolis	1910	1913
Sociedade Protetora das famílias dos funcionários públicos civis do Estado de SC.	1914	1914
União Beneficente dos padeiros	1916	1918
Caixa Beneficente dos empregados do ministério da Fazenda no Estado de Santa Catarina.	1921	1923
Associação dos empregados postais de SC	1921	1922
União Beneficente Operária	1922	1923 e 1928
Caixa B. dos empregados da imprensa oficial.	1923	1925
União Beneficente dos Chouffeurs de S.C.	1925	1926